



PORTUGAL E ESPANHA COMO POTÊNCIAS IMPERIAIS: A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA MUNDIAL COLONIAL MODERNO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3362

Mateus Brunetto Cari, UFGD

Resumo

Para este estudo propomos uma abordagem acerca da formação dos “imperialismos” de Portugal e Espanha a partir de seus avanços nas técnicas de navegação marítima. Buscamos observar a atuação dos ibéricos na construção do sistema mundial colonial moderno. Para tanto, traçamos uma análise da historiografia do período com a lente do sistema mundo e de algumas abordagens pós-coloniais. Entendemos, de acordo com Telo (1996), que Portugal e Espanha formaram as bases do que se pode chamar de primeiro sistema mundial, lideraram esse sistema principalmente pelo domínio das técnicas de navegação, de modo que asseguraram para si importantes rotas de comércio marítimo e desenvolveram técnicas ainda mais apuradas na virada do século. Contudo, a análise desse período através da uma lente pós-colonial mostra-nos a face do processo de colonialismo: o impacto profundo nas culturas e mentalidades em outros continentes. Além disso, indica que a perpetuação de Portugal e Espanha como potências centrais no primeiro sistema mundial não deve ser creditada exclusivamente às suas técnicas de navegação, ou às suas privilegiadas posições geográficas, mas deve-se, em grande parte, pela exploração massiva das riquezas de terras americanas. Finalmente, esse poderio naval começa a apresentar seu esgotamento na segunda metade do século XVI em decorrência de um deslocamento do eixo hegemônico para o Atlântico-norte.

Palavras Chave:

Técnicas de navegação;
sistema mundial;
colonialismo.

Introdução

O moderno sistema mundo pode ser entendido como uma economia-mundo capitalista, que se formou no século XVI na Europa e na América (WALLERSTEIN, 2001), estabelecendo-se uma estrutura mundial colonial moderna e capitalista a partir da exploração da América Latina caracterizada pela formação de um padrão global de controle do trabalho e dos recursos, de modo que se articulava, assim, o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005).

Wallerstein (1974) definiu um sistema mundo com ampla divisão do trabalho, em que a distribuição não é igualitária no sistema. Esse fato se dá pela organização social do trabalho, que legitima a capacidade de alguns grupos para explorar o trabalho de outros. Assim, essa noção de sistema mundial é mais voltada para perspectiva econômica, possuindo uma lógica de acumulação específica distribuída geograficamente, de maneira que se estabelecem relações de dependência. Nesse sentido, observa-se uma economia mundo em que a estrutura política tende a se conectar com a cultura em um âmbito espacial – geocultura. A explicação para essa conexão se dá a partir da expansão capitalista da Europa enquanto centro desse sistema: tendo o controle do mercado, pôde expandir seu domínio colonial de maneira global, assimilando as diferentes culturas ao seu padrão de poder, ocasionando nessas regiões dominadas uma redefinição de suas identidades, na medida em que eram impostas novas identidades geoculturais (QUIJANO, 2005).

Arrighi (2003) aponta que o sistema mundial moderno tem sua formação e sua expansão a partir das reestruturações sistêmicas marcadas pela

liderança e governança de ciclos de dominação de Estados hegemônicos. Esses Estados podem formatar o sistema mundial moderno em dois sentidos: o territorialista e o capitalista. O primeiro identifica o poder na extensão de seus domínios, vendo a riqueza/capital como um meio para se alcançar a expansão territorial. Já para o segundo, o poder está ligado ao seu controle sobre os recursos escassos, de modo que a expansão territorial é um meio para se acumular capital. Assim sendo, o moderno sistema mundial tem como expressão principal a “[...] oposição constante entre as lógicas capitalista e territorialista do poder, bem como a recorrente resolução de suas contradições através da reorganização do espaço político-econômico mundial pelo principal Estado capitalista de cada época” (ARRIGHI, 2013, p. 36).

Portugal e Espanha: Impérios centrais do Sistema Mundial Colonial Moderno

Para Telo (1996), Portugal e Espanha são grandes expoentes desse primeiro sistema mundial, que é marcado, também, pelo desenvolvimento da técnica de navegação, permitindo a navegação em mar aberto e o fortalecimento das redes marítimas e do estudo das rotas, bem como o conhecimento mais completo do planeta. Essa técnica dá condições para que Espanha e Portugal dominem importantes rotas de comércio marítimo e desenvolvam técnicas ainda mais apuradas na virada do século¹. A abertura de novas rotas oceânicas traz consigo um processo de colonialismo: o impacto profundo nas culturas e mentalidades em outros continentes.

A descoberta da América marca esse impacto citado, pois é nela que se tem a primeira expressão da modernidade, sua

1 Sobre o avanço da técnica: “[...] surgem cartas de marear, roteiros de viagem, tabelas hidrográficas e regimentos, que formam o recheio de uma ciência náutica de largo desenvolvimento

[...] A acumulação de dados experimentais foi enriquecendo o saber dos capitães, pilotos e mareantes, permitindo estabelecer processos de maior segurança para navegação.” (SERRÃO, 1978, p. 179-180).

primeira identidade (QUIJANO, 2005). Assim, “[...] a Modernidade realmente pôde nascer quando se deram as condições históricas de sua origem efetiva: 1492 – sua empírica mundialização, a organização de um mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico.” (DUSSEL, 2005, p. 31).

É nesse sentido que analisamos com olhar crítico a afirmação de Serrão (1978) de que a expansão Portuguesa, por exemplo, era uma expansão não somente econômica, mas que contava com um significado político e cultural, pois Portugal foi capaz de realizar aberturas, aproximando-se de diferentes raças. Criticamos, porque essa afirmação aponta para uma aproximação muito pacífica entre o europeu e o nativo americano e, por conseguinte, não leva em conta que é nesse contexto que surge a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados com a criação da ideia de raça, pondo uma situação de hierarquia entre diferentes fenótipos, o que gera base para dominação e para o controle do trabalho entorno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005). Ou seja, a ideia de

[...] raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no

modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118).

O principal questionamento é como Portugal, consideravelmente inferior em capacidades materiais², conseguiu manter-se estável ao longo dos séculos. O argumento central é que Portugal, apesar de se caracterizar enquanto periferia³ daquela ordem, tinha uma unidade nacional bem constituída. Essa unidade foi conquistada a partir da concentração do poder real e da formação de uma consciência nacional precoce desenvolvida desde o século XIV em Portugal, com a Revolução de Avis⁴ no ano de 1383 (TELO, 1996). A Espanha, por sua vez, conseguiu ser protagonista tanto nas disputas pelo poder nos conflitos internos da Europa quanto na busca por poder fora da Europa (ARRIGHI, 2003). Nesse sentido, Dussel (2005) coloca a Espanha como a primeira nação moderna, abrindo a primeira fase do mercantilismo mundial.

Uma vez que apontamos que Portugal era periferia, pois não estava envolvido nos conflitos centrais da Europa, cabe-nos traçar um sucinto panorama do conflito europeu ao longo dos anos XV e no século XVI.

As guerras que se desenvolveram na Europa no decorrer do século XV se caracterizam por conflitos mais localizados como, por exemplo, as lutas entre os Estados italianos⁵ e as desavenças

2 Os Estados possuem capacidades materiais diferentes e são definidas como competência, coesão ou consistência política; tamanho da população; do território e força militar. Desse modo, alguns Estados apresentam mais poder que outros, sendo esse poder/recurso de poder a capacidade de manter a sobrevivência. Nesse sentido, alguns Estados têm mais condições de manter a sobrevivência do que outros, porque têm uma população maior, um território maior, uma posição geográfica melhor, força militar maior, competência e coesão política. Portanto, o que diferencia os Estados não é sua função no sistema, mas sim suas capacidades materiais, as

quais aumentam as condições de sobrevivência (WALTZ, 1979).

3 Neste caso Portugal se caracterizava enquanto periferia, pois não estava envolvido nos conflitos centrais da Europa.

4 Trata-se da Guerra entre o grupo de D. Leonor Teles, apoiado pela nobreza tradicional, contra o grupo de D. João, mestre de Avis, que contava com o apoio da burguesia, da nobreza militar e dos demais residentes das cidades e zonas rurais. Ver mais em: Serrão (1979) “História de Portugal: Estado, Pátria e Nação: 1080-1415”.

5 Arrighi (2013) coloca as Cidades-Estados italianas como o primeiro ciclo de acumulação

entre ingleses e franceses refletidas na guerra dos Cem anos. No século XVI essas lutas mais centralizadas passam a se configurar como luta pela hegemonia continental, que se dividiram basicamente em dois momentos: as lutas religiosas a partir da ascensão da Contrarreforma, que potencializou as rivalidades monárquicas já existentes no continente; e a formação da dinastia dos Habsburgos⁶, que tinha como principal adversário a dinastia de Valois na França (KENNEDY, 1989). O conflito entre ambas as dinastias tinha contornos “[...] ideológico e militar, que caracterizou o sistema dos Estados na Europa [...]” (MAINKA, 2003, p. 188).

Os Valois ensejavam expandir seus domínios para as Cidades-Estados italianas, contudo as possessões dos Habsburgos freavam as possibilidades de seu avanço e, por conseguinte, “[...] o objetivo dos franceses, na Europa, nos dois séculos seguintes, seria romper a influência dos Habsburgos” (KENNEDY, 1989, p. 41).

Essas desavenças desembocariam na guerra dos Trinta anos que oporia os Habsburgos da Espanha e da Áustria às coalizões de outras potências europeias em um conflito que durou até a Paz de Westfália, em 1648 (KENNEDY, 1989; MAINKA, 2003).

Nesse contexto, a Espanha estava focada nas batalhas por terra no centro da Europa, na medida em que estava inserida mais diretamente no

contexto da guerra dos Trinta anos e também na luta para barrar o islã no mediterrâneo (KENNEDY, 1989; TELO, 1996). Destarte,

Entre 1521 e 1556, registram-se cinco guerras importantes no centro da Europa, que opõem no essencial o Império de Carlos V à França; entre começos do século e 1583, registram-se outras doze guerras no Mediterrâneo e Sul da Europa, que opõem o poder otomano a várias coalizões de Estados cristãos. Só na guerra entre a Espanha e a Turquia, de 1569-1580, por exemplo, há quarenta e oito mil baixas militares. (TELO, 1996, p. 31)

As guerras europeias se apresentam em dois sentidos analíticos em relação ao avanço das técnicas de Portugal: primeiro, Portugal se afastou dessas guerras e focou no seu projeto ultramarino; e segundo, os países envolvidos nas guerras europeias, que tinham maiores recursos em termos de capacidades materiais em relação a Portugal, ficaram compromissados com os conflitos – principalmente com a ambição de conquistarem a hegemonia europeia⁷ – e não levaram a cabo a possibilidade de frear o avanço português, nem desenvolver suas próprias técnicas⁸ (TELO, 1996).

Contudo, a Espanha, ainda que tivesse que dividir a atenção de sua

hegemônico, guiadas pela ideologia renascentista/racional, com um sistema político de equilíbrio entre os Estados. As relações de produção eram estabelecidas a partir do desenvolvimento da burguesia. Conseguiram, assim, seu sucesso no controle monopolista da cadeia de trocas entre Europa ocidental e a China e Índia.

6 Essa dinastia formava a maior rede de territórios sob o mesmo domínio na Europa; seus governantes eram originários da Áustria e conseguiram a posição de Sacro Imperador Romano e, além disso, tiveram a capacidade de aumentar seus territórios através de heranças e casamentos. Desse modo, fizeram ligações

territoriais com Borgonha e Holanda, Hungria e Boemia, bem como com a Espanha (KENNEDY, 1989).

7 Entende-se por hegemonia a capacidade que um Estado tem de atuar com liderança e de exercer governança em um sistema de Estados soberanos, a partir da dominação intelectual e moral (ARRIGHI, 2013).

8 Por isso, Portugal em meados do século XVI tinha “[...] mais de 50% do poder naval oceânico, entre 1502 e 1544; entre 1545 e 1560, tem entre 40 e 50%; entre 1560 e 1576, tem menos de 40%, mas ainda é a marinha oceânica mais importante, o que só deixa de acontecer em 1577. (TELO, 1996, p. 34)

expansão ultramarina com as guerras europeias, contava com um aspecto fundamental para aumento de sua importância juntamente com Portugal no sistema mundial: sua posição geográfica. Pois,

O papel que o Estado pode representar nas relações internacionais é amplamente afetado pelo lugar que ele ocupa no mapa do mundo. Graças à sua situação geográfica, Estados de pequena dimensão puderam marcar, na história, vestígios não deixados por Estados mais vastos, dotados de recursos muito superiores. (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 20).

Nesse sentido, a vantagem geográfica central dos países ibéricos era seu acesso ao mar, afinal:

O território com uma fachada litorânea possui vantagens do ponto de vista comercial: o mar oferece facilidades de circulação a preço barato, ao passo que a construção de vias de comunicação terrestre é onerosa; ele assegura, a despeito dos riscos de navegação, uma segurança maior nas relações com o exterior, porque no mar é mais fácil que em terra escapar a um inimigo que quisesse interditar a passagem. (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 20)

A constatação de que uma posição territorial com faixa litorânea traz vantagens é caracterizada por Lisboa e Sevilha, ao passo que, segundo Serrão (1978, p. 223) “Desde a conquista do Ceuta que Lisboa se tornou a varanda oceânica de onde partiam a maior parte das caravelas com destino ao mundo ultramarino”. Do mesmo modo Damião de Góis (apud SERRÃO, 1978, p. 223), demonstra que “[...] Sevilha, voltada para o Ocidente, desde o rio Guadalquivir,

patenteou à navegação a parte do Orbe que hoje se chama Novo Mundo”.

Todavia, o controle do primeiro sistema por Portugal e Espanha não pode ser somente creditado às suas vantagens geográficas e ao desenvolvimento astucioso das suas técnicas de navegação. Estaríamos sendo reducionistas se não levássemos em conta que é a partir da exploração da América, principalmente dos seus metais preciosos, utilizando mão de obra gratuita do trabalho indígena e negro, que os brancos – lê-se, a priori, os ibéricos e, posteriormente, outras potências europeias – conseguem vantagens únicas para o controle do comércio mundial (QUIJANO, 2005). E, controlando o comércio mundial, pode-se investir em diferentes áreas, incluindo as técnicas navais.

O poderio naval ibérico começa a dar sinais de esgotamento a partir da metade do século XVI, na medida em que os países do Norte, que até então não tinham se voltado para a estratégia ultramarina, entram nesse processo financiados pela iniciativa privada (TELO, 1996). Trata-se de um movimento histórico que deslocava a hegemonia do eixo ibérico para o Atlântico norte-ocidental (QUIJANO, 2005).

Nesse processo se observa uma nova concepção de gestão que se fundamentava em “[...] uma ideia diferente sobre a ligação entre o indivíduo e a sociedade e entre o indivíduo e Deus” (TELO, 1996, p. 48). Esses elementos são reflexos da Reforma Protestante do início do século que promovia a possibilidade de liberdade individual, associada a uma autonomia para articulação privada frente ao Estado central.⁹

⁹ Trata-se da busca pelo máximo de acumulação de capital possível, colocando-se o trabalho como vocação sempre se norteando pelo lucro;

caracteriza-se, assim, forte racionalização e utilitarismo, de modo que se constrói um ethos, que é legitimado pela Reforma Protestante (WEBER, 1999).

Considerações finais

Portugal e Espanha foram as duas principais potências do primeiro sistema mundial. Suas posições geográficas foram essenciais para seu avanço além-mar. Seus intentos expansionistas solidificaram-se a partir da exploração massiva da América Latina e, principalmente, da mão de obra gratuita que tiveram a sua disposição.

O avanço dos ibéricos além-mar, até a “descoberta” da América, construiu uma síntese: a da modernidade/colonialidade. Assim, “a coexistência histórica da expulsão dos judeus e mouros da Espanha e a ‘descoberta’ da América, era, ao mesmo tempo, um marco tanto do colonialismo moderno quando das modernidades coloniais – ou seja, da modernidade/colonialidade” (MIGNOLO, 2003, p. 80). É o momento da emergência, portanto, de um novo sistema mundial, bem como da modernidade/colonialidade, refletidos na experiência espanhola descrita acima.

Portanto, Portugal e Espanha mais do que potências principais do sistema mundial colonial moderno, configuraram como potências centrais na construção do capitalismo moderno, que pôde ganhar robustez a partir das expropriações massivas do continente.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e

eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MAINKA, Johann Peter. A luta europeia entre as dinastias dos Habsburgos e dos Valois pela Borgonha e Itália (1477-1559). **História: questões e debates**. N. 38. Curitiba: UFPR, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SERRAO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal: o século de ouro: 1495-1580**. s.l.: Verbo, 1978.

_____. **Historia de Portugal: Estado, Pátria e nação: 1080-1415**. s.l.: Verbo, 1979

TELO, José António. **Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria: reflexões sobre o sistema mundial**. Blumenau: Furb, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1976.

_____. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Nova York: MC Graw Hill, 1979.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1999.